

AUTOR(ES): JÚLIA GOMES ZUBA e ROGÉRIO DOS SANTOS ALBUQUERQUE.
ORIENTADOR(A):

A NECESSIDADE DA FORMULAÇÃO E ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AOS ANIMAIS: ESTUDO DE CASO A PARTIR DA REALIDADE OBSERVADA NO CAMPUS SEDE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – MG

Introdução

As relações entre humanos e animais podem ser identificadas desde o descobrimento dos seres vivos na terra, ou seja, desde o início da humanidade. Inicialmente a relação entre humanos e animais se dava por meio da caça, aonde estes seres serviam de fonte de alimentação, posteriormente essas relações foram modificadas e os animais foram inseridos no campo do trabalho exercendo grande função no desenvolvimento da sociedade. Tais relações se perpetuam nos dias de hoje e adquiriram uma nova interface, aonde os animais possuem vínculos afetivos com as pessoas e novas relações foram estabelecidas.

Os animais adquiriram uma interface doméstica e de maior proximidade com seus donos e tomam cada vez mais espaço dentro dos centros urbanos e rurais, e questões acerca do tema vêm surgindo e invadindo a esfera do âmbito político e demonstrando cada vez mais a necessidade de políticas públicas relacionadas aos animais.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a necessidade das políticas públicas de cunho ambiental, enfatizando a urgência na construção de uma agenda ligada às questões animais, principalmente em meio urbano, a partir da observação situacional e a relação criada entre comunidade acadêmica e animais que residem dentro do espaço físico da Universidade Estadual de Montes Claros, bem como as relações interpessoais, conflitos advindos entre os protetores e os que repudiam a presença dos animais, e os demais que compõem esse círculo, a fim de justificar a necessidade da formulação e adoção de Políticas Públicas na área.

Material e Métodos

A metodologia utilizada se deu, a partir da observação situacional e a relação criada entre comunidade acadêmica e animais que residem dentro do espaço físico da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bem como, o levantamento de quantos animais habitam a Universidade, e seu espaço físico, sendo quantidade de cantinas, quadras, áreas de convivência, etc, Posteriormente realizamos entrevistas com funcionários terceirizados, técnicos, professores e discentes. Utilizamos de levantamento de dados e revisão bibliográfica.

Resultados e discussão

Em 2014 o Brasil possuía cerca de 30 milhões de animais abandonados circulando pelas ruas e instituições públicas de todo país, sendo 10 milhões de gatos e 20 milhões de cães, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Estimasse que para cada cinco pessoas exista um cachorro e 10% destes são abandonados e vivem em situação de rua expostos a diversos cenários, bons ou ruins, como atropelamentos, mal tratos, envenenamentos ou cuidados pelos que se solidarizam e propõe um carinho, um petisco. Estes animais circulam não somente pelas ruas e passam a ocupar espaços como Universidades, Institutos, praças dentre outros espaços abertos que ali possam fazer morada, os quais ficam expostos a diversas doenças e que podem ocasionar em situações de saúde pública como o caso da leishmaniose e raiva, demonstrando cada vez mais a necessidade de políticas públicas acerca do tema.

A partir dessa observação e nova realidade, movimentos sociais em defesa dos animais vêm tomando mais força e visibilidade na atualidade e demonstrando a necessidade de intervenção governamental. As pautas colocadas por estes movimentos buscam a demanda de políticas públicas que garantam os direitos ambientais que beneficiem os animais,

intercalando entre proteção, saúde, defesa e bem-estar. Algumas políticas estão sendo adotadas mesmo que de maneira específica por algumas instituições e cidades (FILHO, 2013).

A postura diante dos animais, portanto, tornou-se progressivamente, não somente um problema que envolva valores morais, mas também valores políticos, sendo uma questão pública no mundo todo, em função da exigência social por legislações que protejam e amparem as necessidades dos animais e da sociedade por políticas públicas que efetivem obrigações do poder público. (FILHO, 2013, p.3)

Animais urbanos circulam não somente pelas ruas e passam a ocupar espaços como Universidades, Institutos, praças dentre outros ambientes abertos que ali possam fazer morada. Na Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, não é diferente e recebe cotidianamente um fluxo não somente de pessoas, mas também de animais, os quais fazem do espaço físico da universidade local de morada, como por exemplo, Nina cadela a qual morou na universidade por mais de seis anos e foi tratada pelos vigilantes e alunos da instituição. Atualmente contamos com cerca de seis cães e uma significativa população de gatos dentro do campus, os quais são cuidados pela comunidade acadêmica.

A Unimontes, campus sede, conta com a existência de dez prédios, quatro quadras, estacionamentos e área destinada aos estudos e práticas de esportes, áreas de convivência entre prédios e quadras, três cantinas e algumas obras. Os prédios são divididos entre centros de estudos que contam com salas de aulas, laboratórios, salas de coordenação, departamentos, núcleos de apoio, auditório e cantina, biblioteca, restaurante universitário, reitoria.

A presença dos animais na universidade divide opiniões e levanta debates sobre tal questão. Encontramos pessoas as quais digam que os animais trazem leveza ao ambiente e divertem quem por ela passa, há quem afirma que a permanência dos mesmos possibilita a transmissão e proliferação de doenças, assim como eventuais ataques aos sujeitos que ocupam o campus. Mesmo com o levantamento da discussão, não existe dentro da universidade uma política na qual seja possível o controle e cuidado destes cães e gatos que são diariamente alimentados, seja com ração levada por protetores ou os que compartilham o lanche e/ou refeição do restaurante universitário de tal maneira contribuindo para a permanência dos mesmos.

Algumas Universidades no Brasil já adotaram políticas de cuidados com os animais que circulam pelo campus, como é o caso da UNICAMP aonde circulavam cerca de 85 cães dentre outros animais domésticos e silvestres. Casos de mordeduras e perturbação as aulas eram recorrentes e em 2003 foi criado o Centro de Monitoramento Animal (CEMA) com o intuito de dar apoio às ocorrências internas relacionadas aos animais que por ali vivem. O CEMA conta com um software de controle dos animais aonde são cadastrados e possuem suas respectivas fichas contando com casos de ataques, vacinas, situação da saúde deste, uma vez que em caso de mordeduras a pessoa pode procurar o centro para ver a situação do animal e se há necessidade do uso de soro e vacina contra raiva evitando casos de alergia e o uso desnecessário desses medicamentos, também auxilia no estabelecimento de uma posse responsável. Por meio de parceria com instituições de protetores de animais, clínicas veterinárias e ONGs castrações e feiras de adoção foram realizadas e ate o ano de 2005 dos 85 animais inicialmente cadastrados no sistema 48 cães e alguns gatos foram adotados demonstrando que a medida adotada possui resultados de médio a longo prazo e preza não somente pelo bem estar da comunidade acadêmica, mas também pelo bem estar da população animal que ali habita. (DILLY, COSTA JUNIOR, FREITAS e FRANCESCHINI, 2005).

Partindo da análise sistêmica das Políticas Públicas, podemos compreender a necessidade de um processo dinâmico que parte de pressões, mobilizações, negociações, alianças e coalizões de interesse dos atores políticos e suas agendas, demonstrando assim a necessidade dos movimentos sociais no processo de influencia política. De acordo com PECCATIELLO, 2011, p.73,

Estes, direta ou indiretamente, interferem na formulação, na decisão e na fiscalização de tais políticas, o que demonstra que as características das ações políticas em determinado período de tempo estão relacionadas aos interesses de grupos hegemônicos da sociedade. Dentro desta perspectiva, Abreu (1993) apud Vieira e Bredariol (1998, p. 78) afirma que políticas públicas são mediações “político-institucionais das interrelações entre os diversos atores presentes no processo histórico-social em suas múltiplas dimensões (economia, política, cultura etc.) e são implementadas pelos atores políticos através de instituições públicas”

De acordo com Souza, (2002, p.30) as Políticas Públicas são constituídas por uma serie de estágios que são definidos como, definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção de opções, implementação e avaliação das políticas propostas e/ou adotadas. Reforçando assim a necessidade e importância dos movimentos sociais para as janelas de oportunidade para a entrada do tema nas agendas políticas e para a fiscalização

das políticas quando adotadas. Entretanto é necessário se ater as conjunturas e atores envolvidos no cenário, para que possibilite a entrada nas agendas.

Considerações finais

Podemos observar e analisar a partir da situação dos animais “acadêmicos”, os quais possuem espaço e até mesmo voz e vez dentro do campus e são adotados pela comunidade acadêmica que ocupa esse espaço zelando e prezando pela presença dos cães e gatos, portanto, conclui-se que maior parte da academia aprecia a presença destes animais e é consensual a ideia de que há necessidade da criação de um projeto para que estes cães e gatos possam ser devidamente amparados proporcionando maior conforto dentro do espaço acadêmico, não somente para os animais, mas também para as pessoas que ali circulam. Medidas adotadas por outras instituições, ONGs e prefeituras podem ser avaliadas e adotadas para melhor desenvolvimento de um possível projeto.

Apesar dos hábitos arraigados da população brasileira e a dificuldade de aceitação no investimento de dinheiro público na adoção de políticas que beneficiariam diretamente seres não humanos, mas que em seu desdobramento atingirão toda a sociedade. Podemos, então, compreender a necessidade da formulação e adoção destas Políticas Públicas nas causas animais no Brasil, e a importância das mesmas, uma vez que a situação dos animais de rua adentra a esfera das questões de saúde coletiva e manutenção das cidades e municípios. Fatos que demonstram a necessidade do fortalecimento dos movimentos sociais e conscientização popular para a abertura das agendas políticas para a discussão de um problema nacional.

Agradecimentos

À Universidade Estadual de Montes Claros – MG, pela logística oferecida.

Referências

- DILLY, Bruno Luis Gonçalves, COSTA JUNIOR, Newton Batista da, FREITAS, Ricardo Batista e FRANCESCHINI, Eduardo Montenegro. **Tratamento dado ao Problema de Abandono de Cães na UNICAMP**. Revista Ciências do Ambiente On-Line, v. 1, n. 1, agosto 2005. Disponível em: <<http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/nova/index.php/be310/article/view/23>> Acesso em: 16 de agosto de 2018.
- FILHO, Arnaldo de Souza Mendes. **Políticas Públicas de Proteção aos Animais: formulação e implementação**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaspUBLICASdeprotecaoaoanimais-formulacaoeimplementacao.pdf>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.
- JUSBRASIL. **Brasil tem 30 milhões de animais abandonados**. Disponível em: <<https://anda.jusbrasil.com.br/noticias/100681698/brasil-tem-30-milhoes-de-animais-abandonados>> Acesso em: 16 de agosto de 2018.
- PECCATIELLO, Ana Flávia Oliveira. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez 2006, p. 20-45.

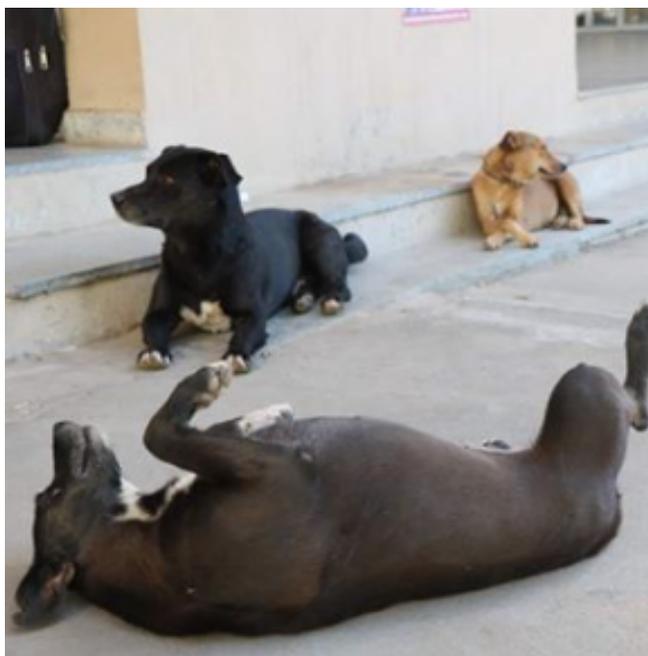


Figura 1: Madalena, Maguila e Dona Maria na área de convivência entre os prédios 1 e 2.